



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Da Sra. ERIKA KOKAY e outros)

Requer a realização de audiência pública para discutir violações de direitos dos(s) trabalhadores(as) terceirizados(as) da Caixa Econômica Federal.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de audiência pública para discutir violações de direitos dos(s) trabalhadores(as) terceirizados(as) da Caixa Econômica Federal. Neste sentido, solicitamos sejam convidados:

- I- Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal – Sindserviços-DF;
- II- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE;
- III- Pedro Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal;
- IV- Central Única dos Trabalhadores, CUT-DF; e
- V- Ministério Público do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento visa discutir e ao mesmo tempo denunciar as violações de direitos dos(s) trabalhadores(as) terceirizados(as) da Caixa Econômica Federal.

Conforme tomamos conhecimento, em janeiro deste ano, houve a mudança de contratos de diversas categorias, como copeiros, garçons e funcionários da portaria da matriz da CEF em Brasília, resultando em considerável prejuízo para os trabalhadores como fruto direto dessas alterações ilegais e imorais.

As distorções ocorreram porque o banco decidiu alterar a vinculação dos terceirizados do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (Sindeserviços) para o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF). No entanto, a convenção coletiva do segundo possui valores de salários e de benefícios bem mais baixos, representando perdas significativas aos funcionários.

O salário de garçons e trabalhadores da recepção e manutenção, por exemplo, caiu de R\$ 1.901,53 para R\$ 1.738, e o vale alimentação passou de R\$ 35 para R\$ 20,84. Além disso, eles perderam o direito a plano de saúde e plano odontológico. O mesmo aconteceu com outras categorias. Embora o discurso do presidente da Caixa seja de responsabilidade social, o que se tem visto isso na prática é uma voraz investida da gestão contra os direitos dos trabalhadores.

Ora, num grave momento de pandemia que flagela os trabalhadores, principalmente os terceirizados, é lastimável que um banco público do porte da Caixa adote semelhante postura para com seus colaboradores. Não se faz economia com salário de trabalhador.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos pares para este Requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de _____, de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

